

# Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 32.206.435/0001-83



## Relatório do Conselho de Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.As as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tinham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) é resultado de discussões entre os principais órgãos reguladores e instituições financeiras. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em um período recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuirão para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apesar do segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor exterior, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu a balanço comercial acumular superávit de US\$22,5 bilhões em 2016, ou 11% do PIB. Esse desempenho, que é considerado uma boa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais recorrente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões

inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda de inflação permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estabelecimento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e reformada o crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

### 2. Principais informações financeiras:

	2016	2015
Receita da intermediação financeira	5,2	7,0-26,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	18,3	26,6-31,3%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	23,5	33,6-30,3%
<b>Lucro líquido</b>	<b>16,8</b>	<b>22,2-24,3%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2016, a receita da intermediação financeira foi de R\$5,2 milhões, 26,2% abaixo do apresentado em 2015. A linha de outras receitas e despesas operacionais, também apresentou queda, atingindo R\$18,3 milhões, 31,3% inferior do que o apresentado no ano anterior. Com isso, o resultado antes de tributação sobre o lucro e participações foi de R\$23,5 milhões, uma queda de 30,3% em relação a 2015. O lucro líquido totalizou R\$16,8 milhões, 24,3% a menos do que no ano anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>40.155</b>	<b>47.949</b>
Disponibilidades	-	46	68
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	5	<b>33.737</b>	<b>42.276</b>
Carteira própria	-	33.737	42.276
<b>Outros créditos</b>	-	<b>6.372</b>	<b>5.605</b>
Rendas a receber	6	5.846	4.523
Diversos	7	526	1.082
<b>Realizável a longo prazo</b>	-	<b>31.272</b>	<b>27.817</b>
<b>Outros créditos</b>	-	<b>31.272</b>	<b>27.817</b>
Diversos	7	31.272	27.817
<b>Permanente</b>	-	<b>12.654</b>	<b>8.639</b>
<b>Investimentos</b>	-	<b>11.806</b>	<b>7.989</b>
Participação em Controlada - No País	8	11.792	7.975
Outros investimentos	-	14	14
<b>Imobilizado</b>	-	<b>155</b>	<b>203</b>
Intangível	-	693	447
<b>Total do ativo</b>		<b>84.081</b>	<b>84.405</b>

  

	Notas	2016	2015
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>14.134</b>	<b>15.636</b>
Outras obrigações	-	14.134	15.636
Fiscais e previdenciárias	9	1.525	5.505
Diversas	10	12.609	10.131
<b>Exigível a longo prazo</b>	-	<b>25.165</b>	<b>23.600</b>
Outras obrigações	-	25.165	23.600
Fiscais e previdenciárias	9	23.616	21.128
Diversas	10	1.549	2.472
<b>Patrimônio líquido</b>	-	<b>44.782</b>	<b>45.169</b>
Capital	13.1	31.563	31.563
De domiciliados no país	-	31.563	31.563
Reserva de lucros	13.2	13.236	13.605
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(17)	1
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>84.081</b>	<b>84.405</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016**  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendo adicional propostos	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2015</b>	31.563	5.288	79	14.673	20.240	-	-	51.803
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(14.873)	(14.873)	-	-	(14.873)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1	-	1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	22.238	22.238
<b>Destinadas:</b>								
Constituições de reservas	-	1.024	-	-	1.024	-	(1.024)	-
Dividendos obrigatórios pagos de R\$0,3089 por ação conforme RCA de 09/11/2015	-	-	-	-	-	-	(5.303)	(5.303)
Dividendos adicionais pagos de R\$0,5066 por ação conforme RCA de 09/11/2015	-	-	-	-	-	-	(8.697)	(8.697)
Dividendos adicionais propostos de R\$0,4202 por ação	-	-	-	7.214	7.214	-	(7.214)	-
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>7.214</b>	<b>13.605</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>45.169</b>
<b>Mutações do exercício</b>	-	1.024	-	(7.659)	(6.635)	1	-	(6.634)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>7.214</b>	<b>13.605</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>45.169</b>
Dividendos adicionais pagos - R\$0,4202 por ação conforme RCA de 29/09/2016	-	-	-	(7.214)	(7.214)	-	-	(7.214)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(18)	-	(18)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	16.845	16.845
<b>Destinadas:</b>								
Dividendos intercalares pagos - R\$0,3372 por ação conforme RCA de 29/09/2016	-	-	-	-	-	(5.789)	-	(5.789)
Dividendos obrigatórios - R\$0,2453 por ação conforme RCA de 29/09/2016	-	-	-	-	-	(4.211)	-	(4.211)
Dividendos adicionais	-	-	-	6.845	6.845	-	(6.845)	-
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>6.845</b>	<b>13.236</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>44.782</b>
<b>Mutações do exercício</b>	-	-	-	(369)	(369)	(18)	-	(387)
<b>Saldos em 30/06/2016</b>	<b>31.563</b>	<b>6.713</b>	<b>79</b>	<b>6.845</b>	<b>13.236</b>	<b>(8)</b>	<b>8.027</b>	<b>46.374</b>
Ajuste ao valor do mercado	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos adicionais pagos - R\$0,4202 por ação	-	-	-	(7.214)	(7.214)	-	-	(7.214)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	-	-	-	-	-	-	8.818	8.818
<b>Destinadas:</b>								
Dividendos intercalares pagos - R\$0,3372 por ação conforme RCA de 29/09/2016	-	-	-	-	-	(5.789)	-	(5.789)
Dividendos obrigatórios - R\$0,2453 por ação conforme RCA de 29/09/2016	-	-	-	-	-	(4.211)	-	(4.211)
Dividendos adicionais	-	-	-	6.845	6.845	-	(6.845)	-
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>31.563</b>	<b>6.713</b>	<b>79</b>	<b>(369)</b>	<b>6.423</b>	<b>(17)</b>	<b>(8.027)</b>	<b>37.969</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	-	-	(369)	(369)	(9)	-	(8.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na C

continuação

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | CNPJ 32.206.435/0001-83

Descrição	2015					
	Mais de 2 anos	Mais de 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Sem vencimento	e até 5 anos	e até 10 anos				
<b>Instrumentos Financeiros</b>						
Aplicações Financeiras	33.709	8.566	-	42.275	42.276	1
Títulos para negociação	33.709	-	-	33.709	33.709	-33.709
Disponível para venda	-	8.566	8.567	8.567	1	8.567
<b>5.1. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:</b> Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBovespa. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis: Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.						
<b>Nível 1:</b> Títulos de renda fixa - públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. <b>Nível 2:</b> Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.						
<b>2016</b>						
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total			
<b>Ativos financeiros</b>						
Títulos para negociação	-	13.894	13.894			
Disponível para Venda	19.843	-	19.843			
<b>Total</b>	<b>19.843</b>	<b>13.894</b>	<b>33.737</b>			
<b>2015</b>						
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total			
<b>Ativos financeiros</b>						
Títulos para negociação	-	33.709	33.709			
Disponível para Venda	8.567	-	8.567			
<b>Total</b>	<b>8.567</b>	<b>33.709</b>	<b>42.276</b>			
<b>6. Outros créditos - rendas a receber</b>						
<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>				
Taxa de administração - fundos	2.006	1.904				
Taxa de performance - fundos	46	101				
Carteira administrada	478	474				
Dividendos a receber	3.316	2.044				
<b>Total</b>	<b>5.846</b>	<b>4.523</b>				
<b>7. Outros créditos - diversos</b>						
<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>				
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1)	4.640	4.724				
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.2)	383	741				
Depósitos judiciais (nota 12)	26.639	23.088				
Outros	136	346				
<b>Total</b>	<b>31.798</b>	<b>28.899</b>				
<b>Circulante</b>	<b>526</b>	<b>1.082</b>				
<b>Longo prazo</b>	<b>31.272</b>	<b>27.817</b>				
<b>7.1. Créditos tributários de impostos e contribuições:</b> Em 31/12/2016 e 2015, os créditos tributários são compostos da seguinte forma:						
Descrição	Saldo em 01/01/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4.181	1.064	(868)	4.377		
Redução ao valor recuperável de créditos	6	-	-	6		
Provisões	2.112	1.186	(1.113)	2.185		
Participações nos lucros	161	280	(162)	279		
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>6.460</b>	<b>2.530</b>	<b>(2.143)</b>	<b>6.847</b>		
Atualizações de depósitos judiciais	(1.115)	(1.008)	-	(2.123)		
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(1.115)</b>	<b>(1.008)</b>	<b>-</b>	<b>(2.123)</b>		
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>5.345</b>	<b>1.522</b>	<b>(2.143)</b>	<b>4.724</b>		
Descrição	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4.377	943	(429)	4.891		
Redução ao valor recuperável de créditos	6	-	-	6		
Provisões	2.185	731	(787)	2.129		
Perda com ajuste a valor de mercado	-	12	-	12		
Participações nos lucros	279	625	(345)	559		
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>6.847</b>	<b>2.311</b>	<b>(1.561)</b>	<b>7.597</b>		
Atualizações de depósitos judiciais	(2.123)	(864)	30	(2.957)		
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(2.123)</b>	<b>(864)</b>	<b>30</b>	<b>(2.957)</b>		
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>4.724</b>	<b>1.447</b>	<b>(1.531)</b>	<b>4.640</b>		
<b>Majoração da CSLL:</b> A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários da CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:						
Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido				
Diferenças temporárias - CSLL	657	33				
<b>Total</b>	<b>657</b>	<b>33</b>				
<b>11.1. Transações:</b> Os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são:						
Descrição	Categoria	Controladora	2016	2015	2014	
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Suláspar Participações S.A.	24.394	2.620	1.260	
Sul América Capitalização S.A. (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	11.292			
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	13.102			
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (d) (g)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	32.492			
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.(h)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.737			
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	90,00%			
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (d) (g)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	11.792	11.792	11.792	
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.537.196			
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde				
<b>Total</b>						
Descrição	Categoria	Controladora	2016	2015	2014	
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Suláspar Participações S.A.	-	-	12	
Sul América Capitalização S.A. (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	287	619	1.074	
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1	1	10	
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (d) (g)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	1.085	2.039	2.800	
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.(h)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-		
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	418	763	1.114	
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (d) (g)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	685	1.319	2.314	
Sul América Saúde Companhia de Seguros (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	10	36	362	
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	168	266	94	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-		
<b>Total</b>						
Descrição	Categoria	Controladora	2º Semestre	2016	2015	
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Suláspar Participações S.A.	-	-	12	
Sul América Capitalização S.A. (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	287	619	1.074	
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1	1	10	
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (d) (g)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	1.085	2.039	2.800	
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.(h)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-		
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	418	763	1.114	
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (d) (g)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	685	1.319	2.314	
Sul América Saúde Companhia de Seguros (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	10	36	362	
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	168	266	94	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-		
<b>Total</b>						
Descrição	Categoria	Controladora	2º Semestre	2016	2015	
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Suláspar Participações S.A.	-	-	12	
Sul América Capitalização S.A. (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	287	619	1.074	
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1	1	10	
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (d) (g)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	195	163	24	
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.(h)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	3.316	2.044	-	
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (e) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	124	224	-	
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b) (d) (g)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	118	148	-	
Sul América Saúde Companhia de Seguros (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	13	-	
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	30	6	-	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-		
<b>Total</b>						

## Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | CNPJ 32.206.435/0001-83

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas éticas relevantes previstas no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Deloitte.**

## COPOM

# Banco Central reduz juros básicos da economia para 12,25% ao ano

Com a redução efetuada por unanimidade pelo comitê, a Selic retorna ao nível de março de 2015

**P**ela quarta vez seguida, o Banco Central (BC) baixou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu ontem a taxa Selic em 0,75 ponto percentual, de 13% ao ano para 12,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. Com a redução, a Selic retorna ao nível de março de 2015, quando também estava em 12,25% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Somente em outubro do ano passado, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia.

Em comunicado, o Copom informou que a infla-

ção está perdendo força em todos os setores da economia, com ajuda dos alimentos. "O comportamento da inflação permanece favorável. O processo de desinflação é mais difundido e indica desinflação nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Houve ainda uma retomada na desinflação dos preços de alimentos, que constitui choque de oferta favorável", destacou. De acordo com a nota, o Banco Central admitiu que algumas projeções internas baseadas nas estimativas das instituições financeiras podem abrir espaço para os juros básicos caírem quase 3 pontos percentuais até o fim do ano. "No cenário de mercado, as projeções do Copom recuaram para em torno de 4,2% em 2017 e mantiveram-se ao redor de 4,5% para 2018.

*De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa ficou em 7,25% ao ano, menor nível da história*

Esse cenário embute hipótese de trajetória de juros que alcança 9,5% e 9% (ao ano) ao final de 2017 e 2018, respectivamente", acrescentou o texto. A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA ficou em 0,38% em janeiro, o menor nível regis- trado para o mês desde o início da série, em 1979. Nos 12 meses terminados em janeiro, o IPCA acumula 5,35%. Até o ano passado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecia meta de inflação de 4,5%, com margem de tolerância de 2 pontos, podendo chegar a 6,5%. Para este ano, o CMN reduziu a margem de tolerância para 1,5 ponto percentual. A inflação, portanto, não poderá superar 6% neste ano.

No Relatório de Inflação, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que o IPCA encerraria 2017 em 4,4%. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,43%. Até agosto do ano passado, o impacto de preços administrados, como a elevação de tarifas públicas, e de alimentos, como feijão e leite, contribuiu para a manutenção dos índices de preços em níveis altos. De lá para cá, no entanto, a inflação começou a desacelerar por causa da recessão econômica e da queda do dólar. A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores impulsionam a produção e o consumo num cenário de baixa atividade econômica. Segundo o boletim Focus, os analistas econômicos projetam crescimento de apenas 0,48% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) em 2016. No último Relatório de Inflação, o BC reduziu a estimativa de expansão da economia para 0,8% este ano. A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando reduz os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação.

## CONCESSÕES

# EcoRodovias e Pátria têm propostas aprovadas para leilão de rodovias do centro-oeste paulista

Dois grupos entregaram propostas válidas para a disputa da concessão das Rodovias do Centro-Oeste Paulista, lote de estradas que será leiloado pelo governo do Estado de São Paulo e que liga os municípios de Florínea (na divisa com o Paraná), e Igarapava (na fronteira com Minas Gerais).

Estão na disputa pelo lote a EcoRodovias Infra-

estrutura e Logística S.A. e o Pátria Infraestrutura - Fundo de Investimentos em Participações. A data para a abertura das propostas ainda não foi definida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

A Artesp realizou ontem a sessão de abertura dos envelopes com as garantias

de proposta dos interessados pelo trecho, no valor de R\$ 4,7 milhões - o montante corresponde a 1% do valor de contrato, de R\$ 4,7 bilhões - englobando investimentos de R\$ 3,9 bilhões (sendo R\$ 2,1 bilhões nos primeiros oito anos de concessão) e outorga mínima de R\$ 795 milhões.

O lote Florínea-Igarapava possui cerca de 570 quilôme-

tros de rodovias, englobando, além da SP-333, trechos das SP-266, SP-294, SP-322, SP-328, SP-330 e SP-351. A disputa se dará pela maior oferta de outorga, sendo o valor mínimo R\$ 397,2 milhões relativo à primeira parcela da outorga. A concessão prevê oito praças de pedágio ao longo da extensão do lote, sendo quatro novas e outras quatro já existentes.

As condições de financiamento oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o lote das Rodovias do Centro-Oeste Paulista incluem a participação do banco em até 80% dos itens financiáveis, utilizando condições de mercado, preferencialmente via emissão de debêntures - são passíveis de financiamento os investimentos de "Conservação Especial" referentes ao 1º ciclo de recuperação e restauração de obras de arte especiais do sistema existente.

Além disso, o BNDES definiu que o prazo máximo para parcela do financiamento a custo de mercado será de 10 anos, caso este apoio não seja realizado via emissão de debêntures.

## IDEC

# Poupadore que alegam perdas em planos econômicos do passado querem fazer acordo

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação de Proteção dos Direitos dos Cidadãos, da Frente Brasileira dos Poupadore e da Associação Civil SOS Consumidores. Eles propõem que as ações sejam substituídas por uma mediação do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, relator do caso.

O julgamento trata da constitucionalidade de pla-

nos econômicos lançados nas décadas de 80 e 90, durante os governos de José Sarney e Fernando Collor de Mello, que provocaram, na visão dos reclamantes, perdas no rendimento das cadernetas de poupança.

Um estudo da consultoria LCA estimava o risco de perdas para os bancos em R\$ 341,2 bilhões. O montante

considerava que todos os potenciais beneficiários das ações civis públicas ingressariam com ações de execução. Em 2014, analistas do Credit Suisse estimaram o passivo em até R\$ 33 bilhões. Hoje, as ações coletivas são menos de 15. O Idec calcula que o passivo a ser pago seja de R\$ 4,8 bilhões, e que os bancos tenham R\$ 6,4 bilhões em recursos provisionados.

"São recursos que estão travados e que os bancos poderiam jogar na economia em um momento de crise.

Há um grupo de poupadore que se vê diante da incapacidade do Judiciário em fazer cumprir suas determinações em relação aos bancos, no que se refere a planos econômicos", diz Walter Moura, advogado do Idec.

A discussão do tema foi travada em 2014 por falta de quórum, já que 4 dos 11 ministros se declararam impedidos de discutir a questão. No ano passado, a extinção de um

processo do pai da ministra Cármen Lúcia sobre o assunto abriu caminho para que a Corte voltasse à questão. A Febraban, que representa os bancos, disse acreitar na constitucionalidade dos planos e na ausência de prejuízo aos poupadore ou ganho aos bancos, que agiram cumprindo a lei. A federação avaliou como positiva a tentativa de encerramento dos processos usando a mediação.